

Descrédito no sistema eleitoral brasileiro: as narrativas em disputas no Twitter e os influenciadores digitais nas eleições de 2022

Discredit on the Brazilian electoral system: the narratives in disputes on Twitter and the digital influencers in the 2022 election.

Descrédito en el sistema electoral brasileño: las narrativas en las disputas de Twitter e los influenciadores digitales en las elecciones de 2022

Mariany Silva Miranda¹
Claudio Luis de Camargo Penteadó²

Resumo: A pesquisa visa responder quais são as narrativas em torno do descrédito no sistema eleitoral brasileiro em disputa no Twitter nas eleições de 2022 e quem são os influenciadores que fazem com que essa disputa ganhe alcance nas redes sociais de internet. A partir de dados coletados pela API do Twitter, no período de agosto até 02 de novembro de 2022, foi realizada, a partir de uma catalogação, uma análise qualitativa e quantitativa do conteúdo das 100 mensagens mais compartilhadas. Os resultados confirmam que existem narrativas com ataques sistemáticos às instituições, que aumentam a desconfiança na democracia liberal participativa, colocando em xeque o processo democrático e possibilitando a ascensão da extrema direita e discurso de ódio.

Palavras-chave: Extrema direita. Twitter. Democracia. Bolsonarismo. Disputa de Narrativas. Eleições 2022.

Abstract: The article investigates which are the narratives surrounding the discredit on the Brazilian electoral system on Twitter during the 2022 elections and who are the digital influencers that make this dispute gain more visibility on social media. Based on data collected through Twitter's API, from August to November 2nd, the top 100 shared messages on the platform were cataloged and analyzed both quantitatively and qualitatively. The results indicate that there were narratives that systematically attacked Brazilian institutions and raised doubts on its liberal participatory democracy, hurting the democratic process and allowing far-right movements and hate speech to rise.

Keywords: Right-wing Extremism. Twitter. Democracy. Bolsonarismo. Narratives in Dispute. 2022 Elections.

¹ Graduanda em Ciências e Humanidades. Universidade Federal do ABC. ORCID <https://orcid.org/0009-0003-0887-9494>. E-mail: mariany.m@aluno.ufabc.edu.br

² Doutor em Ciências Sociais. Professor Titular da Universidade Federal do ABC. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8279-3643>. E-mail: claudio.penteadó@ufabc.edu.br.

Resumen: La investigación pretende responder cuáles son las narrativas en disputa en Twitter en torno al descrédito del sistema electoral brasileño en las elecciones de 2022 y quiénes son los influenciadores que están haciendo que esta disputa gane alcance en las redes sociales. A partir de los datos recogidos por la API de Twitter entre agosto y el 2 de noviembre de 2022, se realizó un análisis cualitativo y cuantitativo del contenido de los 100 mensajes más compartidas, a partir de una catalogación. Los resultados confirman que existe un ataque sistemático a instituciones, así creando una baja confianza en la democracia liberal, poniendo en peligro el proceso democrático y posibilitando el auge de la extrema derecha y el discurso del odio.

Palabras-clave: Extrema derecha. Twitter. Democracia. Bolsonarismo. Disputa Narrativa. Elecciones 2022.

Submetido 23/11/2023

Accito 26/06/2024

Publicado 05/08/2024

Introdução

As redes de comunicação digital se tornaram extensão da sociedade e espaços cibernéticos de disputa de poder, influenciando diversos processos políticos e sociais (Castells, 2009). A interatividade proporcionada pelos canais de comunicação das tecnologias de informação e comunicação (TIC) tem impacto direto na esfera pública. As plataformas oferecem aos usuários agendas, enquadramentos (*framing*) e a construção de significados compartilhados que exercem influência sobre a dinâmica política e empodera os líderes de opinião (influenciadores), que têm papéis importantes na discussão (Casero-Ripollés, 2021).

Essa estrutura de comunicação nas redes gera uma nova expressão de poder com o objetivo de formar opiniões e direcionar pensamentos por meio da produção de sentidos (narrativas) dentro das redes sociais (Castells, 2009). Os canais de comunicação da internet assumem um papel político ideológico ao possibilitar a difusão de ações políticas com uma intensa participação dos usuários. Há uma certa positividade, por parte da literatura especializada, ao pressupor que a internet conectaria e democratizaria a sociedade por meio da ampliação e abertura de debates políticos nas plataformas de digitais (Junior Santos, 2021).

Todavia, a plataformização da comunicação política concretizou a instabilidade e o enfraquecimento da credibilidade no sistema eleitoral e na democracia. Visto que sua estrutura de concentração do fluxo informacional em poucas plataformas possibilitou a coleta de dados, o direcionamento de algoritmos e a extensão do poder das grandes companhias de tecnologias. Ao mesmo tempo, faz com que as pessoas, por meio dos seus perfis, acreditem ter o domínio da ferramenta e do conhecimento ilimitado. A digitalização crescente da política levou o cidadão a se sentir mais predisposto para dar sua opinião – o que acorda com a ascensão de epistemologias populares em uma época de pós-verdade e crise do sistema peritos (Cesarino, 2020), que promove tensões para o funcionamento dos sistemas democráticos.

Nessa nova sociedade em rede, Jair Messias Bolsonaro – importante líder da extrema direita que atuou como deputado federal e foi presidente do Brasil (2019-2022) – construiu sua estratégia política populista autoritária por meio da difusão de desinformação (Penteado et al., 2022), consolidando-se pelo uso eficiente das plataformas digitais. Na eleição de 2018, ele foi responsável pela incitação de um amplo número de publicações nas redes contra a democracia e os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao viralizar narrativas da existência de

fraudes nas urnas (Recuero, 2020) e cultivar narrativas que minaram a credibilidade no sistema, reverberando diretamente no ataque às instituições da democracia.

O cenário de crise da democracia liberal, no qual emergiu Bolsonaro, faz parte de um processo maior que se propaga com a difusão sistemática de discursos antissistema que questionam a legitimidade das instituições, favorecendo o surgimento de lideranças autoritárias (Levitsky; Ziblatt, 2018). Cria-se, então, o risco para uma ruptura democrática com o enfraquecimento das instituições da democracia liberal (Castells, 2018).

Seguindo essa perspectiva, este artigo apresenta um estudo sobre a discussão pública no Twitter nas eleições de 2022, nas quais Bolsonaro foi candidato à reeleição e continuou com táticas digitais para sua campanha, incentivando narrativas conservadoras, antidemocráticas e que descredibilizavam a democracia.

Comunicação Política

Como aponta a literatura em Ciência Política, o poder é relacional e está associado à capacidade de um ator social influenciar as decisões do outro. De acordo com Castells (2009, n.p.), o poder existe como uma relação social em que certos indivíduos ou instituições conseguem influenciar o comportamento do outro, favorecendo seus interesses. Todavia, na sociedade em rede, as relações de poder foram alteradas à medida que os canais de comunicação se expandiram e possibilitaram novas interações e práticas de poderes. Na configuração da sociedade contemporânea, cada vez mais digitalizada, as redes sociais de internet se transformam em importantes espaços de disputa de poder influenciados por diversos processos políticos (Castells, 2009; Recuero, 2020; Loureiro, 2022).

Em uma sociedade plataformizada, a capacidade de programar e direcionar as redes de comunicação digital, por meio de algoritmos de interatividade, faz com que o conteúdo que chega aos usuários seja controlado pelas plataformas digitais, por perfis influenciadores e por estratégias de comunicação com capacidade de produzir narrativas (sentidos) que influenciam o comportamento da rede (Castells, 2009). A difusão de diversos mecanismos de comunicação digital, considerados neutros pela opinião pública, corroboram para a prática do poder na sociedade em rede.

A nova expressão do poder através da comunicação influencia a sociedade de uma maneira singular: na formação de opiniões e consumo de notícias. A configuração e

programação do conteúdo obtido nas redes sociais de internet, como Facebook e Twitter, entre outras, mostram que essas plataformas desenvolvem uma centralidade no processo de produção, circulação e transmissão de informações que proporciona o debate público. Além do mais, essa produção de conteúdo promove uma disputa de interpretações de significados (cf. Laclau, 2005), gerando muitas narrativas concorrentes (significantes flutuantes) sobre expressão de posicionamentos políticos e identidade política, fazendo com que milhares de pessoas interajam e participem desse debate.

As redes sociais de internet transpuseram tecnicamente a barreira existente entre a população e as representações políticas, na medida em que tais instrumentos tornaram-se ferramentas de mobilização (Loureiro, 2022). Turkle (apud Hjarvard, 2014, p.123) diz que os laços cibernéticos são falácias, porque não nos conectam realmente, mas conectam as pessoas a uma complexa infraestrutura de comunicação global controlada por empresas privadas e seus modelos de negócios. Ademais, um estudo feito por Andreu Casero-Ripollés (2021, n.p.) mostra que as elites políticas e midiáticas estendem seu poder via digital.

Um exemplo do uso político desses dispositivos foi a campanha política do magnata Donald Trump, conhecido por sua visibilidade em programas televisivos, que foi eleito presidente dos Estados Unidos em 2016, pelo partido Republicano, com uma estratégia de comunicação digital com discursos antissistema e com ataques às elites políticas. De acordo com Muhammad e Nirwandy (2021, n.p.), os fatores que fizeram com que Trump tenha tido sucesso em sua campanha foram: influência da agenda política, *framing*, eficientes estratégias de propaganda e marketing, discurso de ataque às instituições – com exageros que se tornam marcas registradas –, movimentação no campo das emoções por meio de suas falas conservadoras e discurso de ódio. Toda essa sucessão de fatos culminou no ataque ao Capitólio, em 2021, após a derrota em 2020.

Recuero (2020, p.384-385) defende que o uso das redes digitais interfere nas decisões e manipula os debates, criando várias “narrativas”, algumas delas executadas por robôs de difusão, formando o fenômeno da “desordem informativa” e o efeito de falso consenso. As diversas narrativas criadas no online alimentam o imaginário da população e instala-se uma confusão geral (caos) em relação ao debate político (Empoli, 2019). Esse processo, que à primeira vista parece construir um espaço com mecanismo de ampliação de manifestação

democrática e liberdade de expressão, contudo, de forma ambígua, também pode contribuir para o enfraquecimento das instituições democráticas.

A comunicação digital, mediada por plataformas, resulta em processos complexos das técnicas, subjetividades e dispositivos que imprimem valor e constroem uma governabilidade difusa, em que os usuários das redes têm a ilusão de estarem contribuindo democraticamente, ao mesmo tempo que são bombardeados com notícias falsas e induções, distanciando-os da experiência democrática, o que dá espaço ao conservadorismo e ao questionamento (Loureiro, 2022).

Sistema Eleitoral e capital social: o papel dos influenciadores no debate público

No Brasil, desde a instauração da República, em 1889, feita através de um golpe de Estado, houve instabilidade e falta dos princípios republicanos. Os processos políticos eleitorais da Primeira República (1889-1930) foram caracterizados por práticas de corrupção e fraude eleitoral que manipulavam e enfraqueciam o sistema democrático (Jacob; Fonseca, 2021). A Revolução de 30 marcou o fim da “política do café com leite” e promoveu uma tentativa de moralização do processo eleitoral ao criar o primeiro código eleitoral. A Justiça Eleitoral Brasileira foi criada para coibir essas práticas e instaurar um ambiente democrático e seguro, sem violações. Contudo, o golpe de 1964 representou um retrocesso na ampliação da democracia no Brasil³.

Com a retomada da democracia em 1985, a Justiça Eleitoral brasileira passa a assumir um maior protagonismo nas campanhas eleitorais e regular o processo por meio legislações específicas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), principalmente para acompanhar as propagandas nas rádios e TV, o processo de profissionalização das campanhas e conter o abuso de poder econômico por parte das candidaturas e das estratégias de marketing político, que tiveram grande visibilidade a partir da eleição de Collor em 1989 (Costa; Venancio, 2013).

Em 2002, visando adaptar-se às transformações sociais e tecnológicas, adotaram-se as urnas eletrônicas, o que possibilitou um avanço no processo de votação e apuração dos resultados em um país com dimensões continentais e grandes desigualdades. A digitalização da

³ Durante a ditadura militar (1964-1985) as eleições foram controladas por uma regulamentação eleitoral restritiva, um exemplo é a Lei Falcão (Lei 6.339/1976), que limitava a propaganda eleitoral no rádio e na TV à leitura dos nomes das candidaturas.

sociedade introduziu práticas eletrônicas na administração pública, na qual as urnas digitais tiveram um papel de destaque, principalmente para trazer maior confiabilidade no processo eleitoral (Balbe, 2010). As novas leis e tecnologias adotadas pela Justiça Eleitoral coexistem com o objetivo de barrar instituições não formais ou formais de interferir nas eleições e combater fraudes, bem como acompanhar o processo de informatização da sociedade.

As urnas eletrônicas conquistaram a confiança da população depois de muita campanha de propaganda através dos órgãos públicos. Havia uma alta confiança no sistema, o que, na visão de Straub (apud Rodrigues; Silva; Nóbrega, 2021, p.95), promoveu redes de cooperação, fazendo com que os indivíduos se sentissem seguros e respeitassem os resultados. A Justiça Eleitoral, por meio de processos de governança das urnas eletrônicas, possibilitou a construção de um capital social – confiança mútua – que corrobora o sistema eleitoral e preserva a democracia.

A alta confiança no sistema eleitoral estabelecida, no Brasil após o histórico de fraudes eleitorais que marcaram o começo da república no país está associada ao conceito de capital social, entendido aqui como a “capacidade de uma sociedade estabelecer laços de confiança interpessoais e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos” (Araújo, 2003, p.5); em outras palavras, pode ser considerado como uma argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão, visando à produção do bem comum. A confiança, no caso representada pelo sistema de Justiça Eleitoral, é um componente básico da vida coletiva e requer normas e cadeias de reciprocidade e sistema de participação cívica.

A credibilidade nas instituições públicas é um dos pilares fundamentais para que as pessoas acreditem na política e no sistema de representação da democracia liberal, que se estrutura no funcionamento do sistema eleitoral e confiabilidade no processo de votação e apuração (democracia processual). Há uma expectativa de que as instituições “funcionem” e que cumpram seus deveres; quando isso não ocorre, a desconfiança instala-se. A princípio, a desconfiança deriva do não cumprimento das funções estabelecidas, instaurando uma crise, que coloca em xeque todas as dinâmicas da organização social (Henriques, 2023).

Atualmente, há uma diminuição desse capital social associado às instituições públicas da democracia liberal no Ocidente, e cada vez mais ocorrem ataques antidemocráticos, colocando em risco a ruptura do modelo liberal de democracia.

Como mostram os dados coletados na pesquisa empírica ‘A Cara de Democracia no Brasil’ 48, realizada pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), em 2018, constatou-se, no Brasil, uma queda significativa de satisfação dos indivíduos com a democracia nacional. Os dados mostram que, de 2002 a 2010, a tendência era de crescimento e aumento da confiança no regime democrático, com 30,3% dos entrevistados considerados ‘satisfeitos’ ou ‘muito satisfeitos’ com a democracia nacional no ano de 2002, para 44,4% no ano de 2010. Já nas eleições de 2014, a tendência foi alterada com 38,9% em 2014, e apenas 19,4% em 2018, simbolizando um decréscimo considerável. (Rodrigues; Silva; Nóbrega, 2022, p.100.)

O descrédito e a crise democrática ganharam maior visibilidade (e tensionamento) no Brasil, em 2013, com as jornadas de junho. Milhares de pessoas foram às ruas e criticaram o funcionamento da democracia. Além de pautarem-se diversas bandeiras hostis ao sistema e suas instituições (Silva, 2018) com ajuda das redes sociais de internet, da imprensa e dos movimentos sociais de direita emergentes, colocou-se em pauta a falência da democracia e o respeito aos processos eleitorais. Seguindo os rumos de um passado repetitivo, a eleição de 2018 evidenciou esse distanciamento da população com a democracia. O ressurgimento da extrema direita, com forte discurso antissistema e com ataques às instituições democráticas, e o apoio de membros da própria organização pública a essa vertente contribuíram para que a crise democrática se instaurasse e alcançasse esses espaços (Cavalcante, 2020).

Bolsonaro foi a personificação do indivíduo antidemocrático e conservador, ao promover o discurso de ódio e atacar o sistema eleitoral e o sistema judiciário, apresentando os quatro principais indicadores de comportamento autoritário na política, de acordo com Levitsky e Ziblatt (2018, p. 33-34): rejeição das regras democráticas do jogo; negação da legitimidade dos oponentes políticos; tolerância ou encorajamento à violência; e propensão à restrição liberdades civis de oponentes, inclusive da mídia.

As menções sobre a existência de fraude nas urnas nas eleições, difundida por perfis influentes (Recuero, 2020 apud Santos; Penteado et al, 2023), mostram o colapso na credibilidade da ciência e instituições. O paradoxo da via eleitoral para o autoritarismo se consolida, no qual os agentes antidemocráticos utilizam-se das instituições democráticas para derrubar a democracia (Levitsky; Ziblatt, 2018), com forte apoio das redes sociais de internet e apoio de influenciadores digitais para a difusão de seus ideais.

Os influenciadores digitais são produtores de conteúdos e informações em espaços cibernéticos. A definição de influenciador, segundo Oliveira e Tezzi (2021, p.365), é “o

indivíduo que possui notável engajamento nas redes sociais, amparado por muitos seguidores que se interessam pelo que ele tem a compartilhar” e seu desempenho é baseado de acordo com a audiência e visibilidade do perfil. Em outras palavras, um influenciador detém a capacidade de impactar a vida, a tomada de decisões, as opiniões políticas e o consumo de outros cidadãos que se espelham nele como uma figura admirável.

No que tange ao campo político, é comum a utilização de perfis de influenciadores para a interação e criação de comunidades, oferecendo aos usuários um determinado enquadramento dos assuntos impulsionados por esses perfis (Casero-Ripollés, 2021). Atualmente, o principal meio de divulgação e comunicação política são as redes sociais de internet, uma vez que uma maioria da população está conectada e recebendo informações - conforme lhes é disponibilizada - e emanando opiniões, acreditando em um ambiente de livre expressão e seguro para deliberar sobre seus posicionamentos. Logo, pode-se comparar, no imaginário social, que a internet seria o ápice da democracia, e as redes sociais, a polis grega - espaço livre para debates, de modo direto.

A captura de identidades, subjetividades e emoções dos usuários promove uma mobilização de narrativas determinadas, instaurando um neopopulismo, na medida em que os afetos e as paixões influenciam no comportamento político e desempenham uma função estratégica de engajamento digital (Cesarino, 2020, p.100), já que funciona sobre uma lógica binária de inclusão e exclusão, produzindo equivalência entre indivíduos originalmente desconectados entre si. Os próprios usuários, então, reproduzem seus padrões de linguagem digital, instituindo um novo sistema líder-povo, o qual não necessita de mediação e se autoafirma emissor e receptor de dados.

Vai se disseminando, por este meio, uma ilusão de que intermediários como instituições e especialistas são desnecessários, ou mesmo prejudiciais, ao processo democrático (Cesarino, 2019b; Cesarino, no prelo b) – que passaria a se resumir, como o presidente eleito colocou em sua cerimônia de diplomação, a uma relação ‘direta’ entre líder e povo. (Cesarino, 2020, p.106)

A internet tornou-se, para uma parte dos usuários, um local de liberdade e veracidade, enquanto as instituições, o motivo da corrupção e das manipulações. À vista disso, o sistema democrático entra em crise com o descrédito da população, colapsando o modelo de democracia liberal representativa, sendo o influenciador o principal meio para divulgação dessa

mobilização de sentimentos anti-institucionais, já que a internet seria um espaço de política direta e os cidadãos teriam sua própria representação.

O projeto neoliberal de diminuir o poder estatal utiliza dessas ferramentas da internet para que, de fato, ocorra uma onda contra as instituições públicas e consiga, assim, impulsionar o neoliberalismo, não somente como projeto econômico, mas também como uma cosmovisão da nova razão de mundo (Dardot; Laval, 2017), criando um ambiente para a promoção de figuras autoritárias e projetos conservadores que, incorporado pela direita, suscitou a criação de influenciadores e seguidores fiéis dispostos a alavancar conteúdos e mudar o rumo da política e ideologia, utilizando discursos de ódio.

Neste contexto, o artigo apresenta um estudo acerca da discussão política no Twitter sobre o sistema eleitoral brasileiro durante o processo de 2022 – marcado pela polarização política e ideológica entre Jair Bolsonaro, candidato à reeleição, e o ex-presidente Luiz Inácio Lula Da Silva –, com o objetivo de verificar a existência de ataques ao sistema eleitoral e os principais influenciadores deste debate.

Metodologia

Este artigo apresenta um estudo de abordagem quantitativa e qualitativa de natureza aplicada, que combina análise de dados quantitativos, com a análise de conteúdos qualitativos (publicações). Ele tem como objetivo descrever o debate político on-line em torno do funcionamento do sistema eleitoral nas eleições de 2022 e adota procedimentos associados às técnicas de pesquisa acadêmica dos métodos digitais desenvolvida para estudo em ambientes sociotécnicos (plataforma digital) desenvolvido por Rogers (2013).

A pesquisa está organizada em quatro etapas: pesquisa bibliográfica com revisão da literatura; coleta de dados por termos no Twitter; processamento dos dados para identificação das mensagens mais influentes (retuitadas); e classificação dos perfis e categorização das mensagens para identificação das principais narrativas, conforme detalhado abaixo.

Os dados foram coletados através de uma ação de monitoramento, realizado pelo Projeto Democracia em Xequê, do debate eleitoral e dos ataques à democracia, por meio da API⁴ da

⁴ “A sigla API deriva da expressão inglesa *Application Programming Interface* que, traduzida para o português, pode ser compreendida como uma interface de programação de aplicação. Ou seja, API é um conjunto de normas que possibilita a comunicação entre plataformas por meio de uma série de padrões

plataforma e processados por meio de *scripts* desenvolvidos pelo projeto Observatório de Conflitos na Internet (OBSERVA⁵), da UFABC. Os termos-chave utilizados relacionados ao sistema eleitoral brasileiro foram: “voto impresso”, “urna”, “TSE”, “STF” e “fraude eleitoral”.

O recorte temporal utilizado foi do período de início ao fim da campanha eleitoral – de agosto até 02 de novembro de 2022. A partir dos dados coletados, foram identificadas as mensagens mais compartilhadas (aquelas com maior alcance). Para esse estudo, foi utilizada uma amostra dos 100 tweets mais compartilhados para averiguação das narrativas e dos influenciadores. Para a classificação das mensagens foi utilizado o método de Análise de Conteúdo (AC), o qual conta com descrições das mensagens e catalogação das informações e traços de discursos (Bardin, 2016, p. 48 apud Aguiar; Lycarião, 2023, p.13), através de uma revisão dupla para garantir sua confiabilidade; quando havia discordâncias, era requisitada uma terceira opinião. O grau de concordância obtido na fase de teste foi de 0,949, utilizando como índice o alpha de Krippendorff (Sampaio; Lycarião, 2021) com a ferramenta ReCal2.

A catalogação foi dividida em: influenciador, classificação do perfil, narrativa principal, narrativa secundária, apoio eleitoral, forma de validação utilizada e exclusão.

A separação dos tipos de influenciadores mostra o nível de influência do perfil, sendo avaliado conforme seu número de seguidores, como (Quadro 1):

Quadro 1 - Influenciadores

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Nanoinfluenciador	Usuários com 1.000 a 10.000 seguidores
Microinfluenciador	Usuários com 10 mil a 50 mil seguidores
Influenciador	Usuários com 50 mil a 500 mil seguidores
Macroinfluenciador	Usuários com 500 mil a 1 milhão de seguidores
Megainfluenciador	Usuários com mais de 1 milhão de seguidores

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

e protocolos. Por meio de APIs, desenvolvedores podem criar softwares e aplicativos capazes de se comunicar com outras plataformas.” (TECHTUDO, 2020)

⁵ Informações do projeto disponíveis em <https://observa.pesquisa.ufabc.edu.br/>. Acesso em 22 nov. 2023.

Para a identificação do tipo de perfil foi utilizada uma autodenominação destes em sua minibiografia, podendo ser: jornalista, mídia, mídia alternativa, político influenciador, movimento social ou outro, e, caso não seja influente (com pouco número de seguidores), foi considerado um usuário da plataforma; além disso, os perfis excluídos (pela plataforma ou por decisão judicial) que não puderam ser analisados tiveram sua classificação como indefinida. Já a narrativa principal foi classificada conforme descrito no Quadro 2:

Quadro 2 - Narrativas Centrais

CATEGORIAS	DESCRIÇÃO
Crime eleitoral	Denunciam ações que vão contra a legislação brasileira no período de eleições.
Crítica a Bolsonaro	Avalia e reprova atitudes do candidato Bolsonaro.
Desmentindo fake news	Mobiliza a busca pela veracidade das notícias.
Fraude eleitoral	Denunciam a intervenção na eleição com o propósito de anular, impedir ou modificar os resultados, prejudicando ou favorecendo uma candidatura.
Indefinido	Tweets que não há formas possíveis de serem classificados por terem sido apagados ou excluídos
Lula corrupto	Narrativas que adjetivam o candidato Lula como corrupto, relembrando o caso Lava-Jato.
Outros	Temas variados que não se encaixam nas demais categorias
Petição protocolada	Posts os quais visam comunicar que uma petição foi protocolada junto ao TSE, afirmando irregularidades nas campanhas políticas.
Propaganda Eleitoral	Narrativas com intuito de divulgar ou apoiar algum candidato.
STF censurador/ditador	Denota o Supremo Tribunal Federal como uma instituição autoritária.
TSE censurador/ditador	Acusa o Tribunal Superior Eleitoral de agir como ditador, privando os cidadãos do direito de se expressar.

TSE partidário	Incita que o TSE estaria defendendo a candidatura do Lula e corroborando para sua propaganda eleitoral
Urnas e pesquisas desqualificadas	Conteúdos que denunciam ou incentivam o descrédito na urna e pesquisas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

É importante salientar que, para análise da narrativa mobilizada, foi considerado o sentido e a principal pauta mobilizada pelo tweet. Visto que muitos dos Tweets tinham mais de um sentido mobilizado, foi utilizado o recurso da narrativa secundária para mostrar que, muitas vezes, os mesmos assuntos são discutidos em segundo plano. Desse modo, a divisão feita foi a seguinte (Quadro 3):

Quadro 3 - Narrativas Secundárias

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Ataque ao PT	Representa o discurso de ódio ao Partido dos Trabalhadores, o taxando de corrupto, socialista e apoiador de ditaduras socialistas.
Ataque a Jovem Pan	Narrativas que culpam o TSE pela onda de demissões e pelos conteúdos fora do ar da emissora Jovem Pan.
Bolsonaro Canibal	Mobiliza a falta de empatia do ex-presidente utilizando o vídeo em que fala que comeria índios vivos.
Crime eleitoral	Denuncia ações que vão contra a legislação brasileira no período de eleições.
COVID-19	Coloca em pauta o descaso com a pandemia.
Crítica a Alexandre de Moraes	O atual ministro do STF e presidente do TSE ficou como responsável pela ditadura dessas instituições, recebendo várias críticas.
Lula ladrão	Construção da imagem negativa do candidato Lula devido aos processos da Lava-Jato.
Outros	Temas variados que não se encaixam nas demais categorias

PRF	Referente ao ato criminoso da Polícia Rodoviária Federal que barrou alguns eleitores do PT de votar.
Rádios apoiam Lula	Abrange a polêmica criada em torno do candidato Lula ter mais tempo eleitoral em rádios do NE, fato que prejudicaria Bolsonaro e constaria como fraude
STF censurador/ditador	Denota o Supremo Tribunal Federal como uma instituição autoritária, que estaria atuando como censor de conteúdos e contra a “liberdade de expressão”
TSE censurador/ditador	Acusa a instituição Tribunal Superior Eleitoral de agir como ditador privando os cidadãos do direito de se expressar, proibindo e retirando conteúdos da Internet
7S	O TSE estaria barrando as imagens das ruas cheias e as mídias estariam escondendo o sucesso dos movimentos bolsonaristas, no dia Sete de Setembro - aniversário de independência do país.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Essas classificações secundárias, muitas vezes, repetem a classificação principal, pois são interligadas. Por exemplo, a maioria das publicações em que a narrativa é TSE Censurador/Ditador se liga ao TSE estar defendendo um partido. Dessa maneira, mostra-se que uma postagem propaga mais de uma narrativa.

Por se tratar de um contexto de disputa eleitoral, com forte polarização, houve a classificação referente ao apoio, sendo divididos entre pró-Bolsonaro – quem o defende ou critica Lula –, pró-Lula, quem o defende ou faz críticas a Bolsonaro – e indefinido – por não ser explícita a posição política ou por isso não ser compreensível devido à exclusão dos conteúdos. E por último, para compreender a legitimação dos discursos foram utilizadas as mesmas classificações de Raquel Recuero (2020), proposta por Van Leeuwen, que são (Quadro 4):

Quadro 4 - Legitimação

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Autorização (A)	A autorização é uma legitimação pela referência a uma autoridade, seja ela pessoal (um indivíduo com posição ou autoridade institucional) ou impessoal (referente a elementos como tradição, leis, costumes etc.). Esse tipo de autorização está relacionado ao uso da autoridade no discurso para lhe conferir veracidade ou credibilidade.
Avaliação Moral (AM)	A avaliação moral é a legitimação pela referência a um discurso de valor maior, por exemplo, através da de categorias de “bom” (ou moralmente desejável) e “mau” (ou moralmente indesejável).
Racionalização (R)	Trata-se do uso de uma validação cognitiva supostamente apoiada pelo conhecimento. Aqui, Van Leeuwen (2007) também distingue dois tipos de racionalização: a instrumental e a teórica. A estratégia da racionalização, assim, apoia-se em um movimento de logicidade da conexão entre dois elementos (mesmo que ancorado em pressupostos falsos).
Mythopoesis (M)	Esse tipo de legitimação envolve a construção de narrativas ou histórias, sejam de cunho moral (onde o “bem” vence o “mal”, por exemplo) ou que construam algum tipo de alerta (VAN LEEUWEN, 2007). Essas narrativas são usadas para legitimar fatos e seus julgamentos de valor.”

Fonte: Recuero, 2020, p.388-389

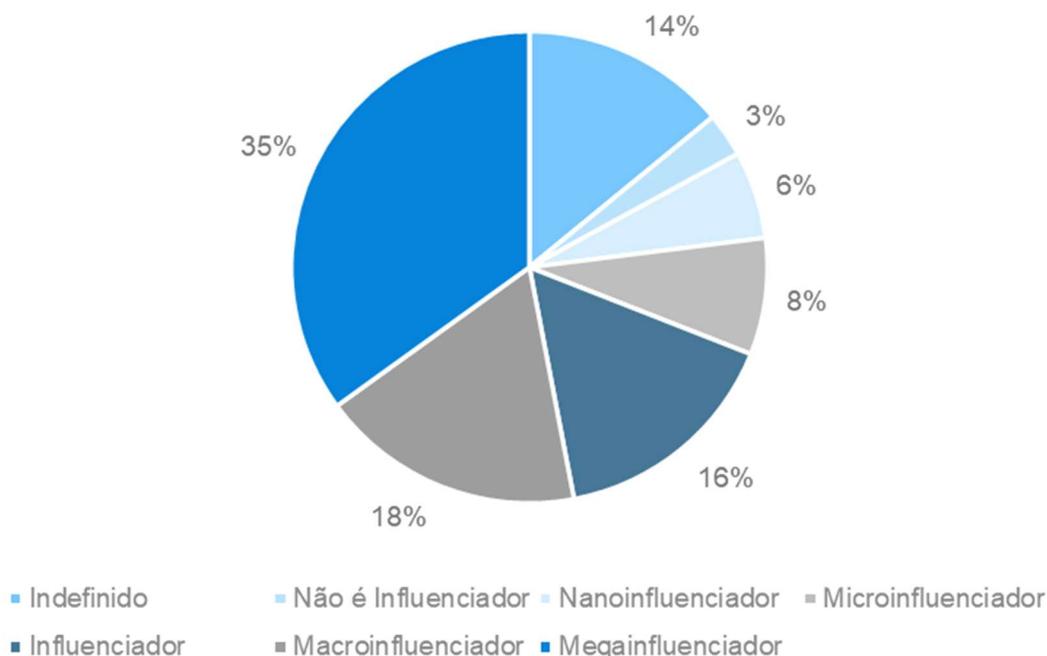
Essas catalogações colaboram para comprovação da abordagem teórica e para resposta da pergunta de pesquisa, evidenciado quais são as narrativas em disputa, além de dar um detalhamento de todos esses posts e influenciadores analisados.

Resultados

Os resultados mostram que a extrema-direita tem um domínio sobre as redes. O Gráfico 1 possibilita a visualização de que grande parte dos conteúdos são publicados por pessoas com grandes números de seguidores, os classificados como megainfluenciadores (35%), mostrando que o engajamento vem de perfis relevantes na plataforma. Reafirma-se, assim, a ideia de que

esses grandes perfis são responsáveis pela maior parte do conteúdo disseminado, o qual impacta a opinião pública e cria uma cosmovisão do mundo em certos *clusters*.

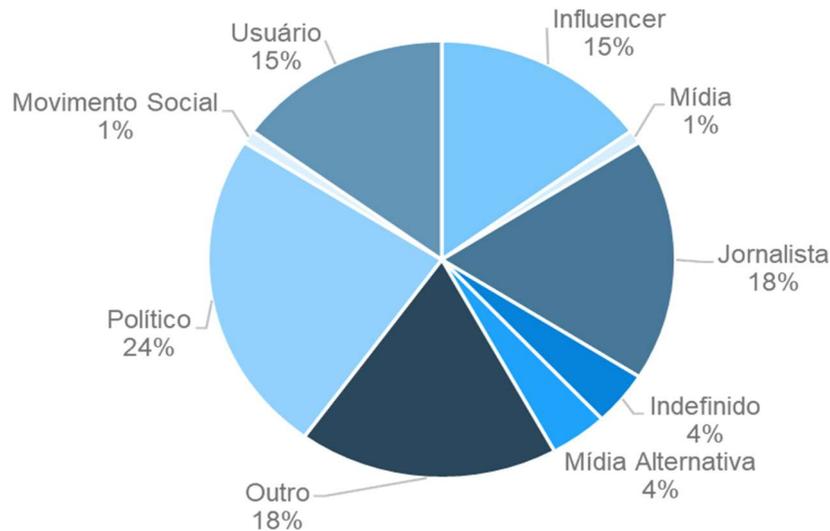
Gráfico 1 - Influenciadores



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O tipo de profissão autodeclarada dos perfis (Gráfico 2) mostra que a maioria dos que mobilizaram narrativas são de políticos (24%), jornalistas (18%) e usuários – cidadãos comuns – (15%). Há uma grande diversidade dos perfis; entretanto, é predominante o conteúdo publicado por jornalistas, *influencers* e políticos, totalizando em 57% das publicações feitas. A maioria das mensagens compartilhadas são de perfis com maior capital social, dando-lhes uma maior visibilidade e garantindo a reprodução das opiniões das elites políticas, as quais estavam empenhadas em minar o capital social institucional.

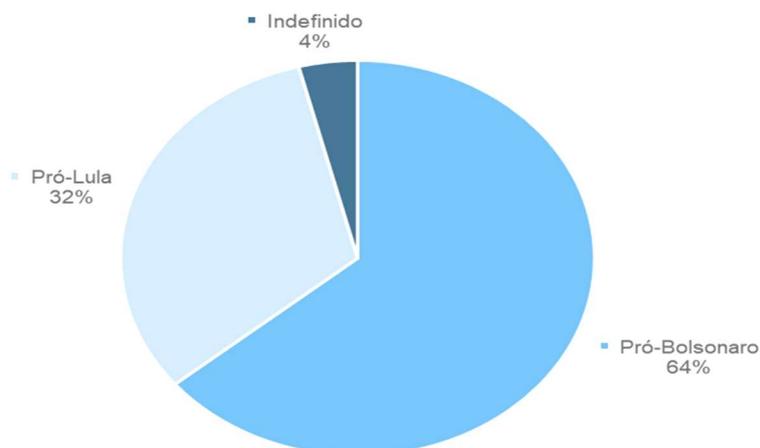
Gráfico 2 - Perfis



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Entre a amostra de tweets mais compartilhados, a maioria é pró-Bolsonaro (64%), conforme ilustra o Gráfico 3. Isso mostra o domínio da extrema direita na discussão sobre o sistema eleitoral, na rede social, e uma hegemonia de suas pautas neoliberais, antidemocráticas e anti-institucionais. Isso estabelece, mais uma vez, a prevalência e a assertividade de mobilização pelas redes como principal tática política, como foi previsto desde 2016.

Gráfico 3 - Posição Política



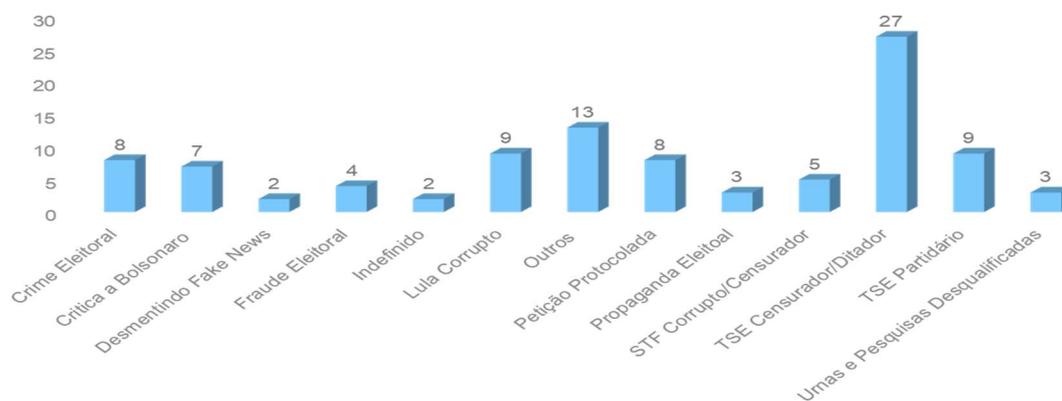
Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Por conseguinte, as narrativas mobilizadas (Gráfico 4) podem ser consideradas agendas de campanhas políticas – uma seleção de temáticas estabelecidas para serem postas em pauta nas redes – e ideológicas, que são também de interesse dessa rede de poder (político-empresarial) estendida para o meio digital, a fim de engajar os assuntos de interesse público-privado e definir as opiniões dos usuários. As Narrativas Centrais colocadas em discussão nos posts são de diversas temáticas, em sua grande maioria de cunho político, com sentidos de ataque às instituições e políticos, somando – TSE e STF Censurador/Ditador, TSE Partidário e Fraude Eleitoral – 47% os tweets com esse tipo de ofensa.

O assunto mais mobilizado é TSE censurador/ditador (27%) e, em segundo lugar, o TSE Partidário (9%), afirmando que o Tribunal Superior Eleitoral estaria tendo uma preferência partidária; com o mesmo número relevante de posts encontram-se críticas direcionadas ao candidato Lula. É importante destacar também que as narrativas consideradas como “Outros” (13%) são assuntos políticos referentes a memes ou temas diversos sobre acontecimentos da eleição, como o ataque de Roberto Jefferson aos agentes da Polícia Federal, quando do cumprimento de sua ordem de prisão em 2022.

Esse conteúdo mostra como a invalidação das instituições são tópicos centrais da comunicação eleitoral, uma evidente tentativa de minar a democracia e desestabilizar as instituições, por meio da proliferação da desconfiança, em que as instituições tornam-se inimigas e o Tweet a pólis pública, consolidando a visão do populismo digital na qual não há a necessidade de intermediários institucionais para democracia.

Gráfico 4 - Narrativas Centrais



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A Imagem 1 ilustra uma das narrativas mobilizadas. O Tweet de Van Hattem tem como alvo o TSE, o qual ele julga uma instituição que age de modo autoritário e censorador de publicações pró-Bolsonaro, sendo partidário ao apoiar o candidato Luiz Inácio, que é chamado de ladrão e corrupto. Além dessas três mobilizações citadas, também desvalida o trabalho do STF em relação ao julgamento do ex-presidente Lula e cita o caso da Jovem Pan. Evidencia-se que os posts são feitos com várias camadas de mobilizações. A liberdade de expressão é pautada várias vezes como se uma ditadura pró-Lula estivesse em voga. Ao final, o político ressalta que a democracia está sendo ameaçada pelo próprio TSE e demais instituições, invocando a população a tomar consciência da situação, visto que as instituições são partidárias e ditadoras.

Imagem 1 - TSE Censurador/Ditador

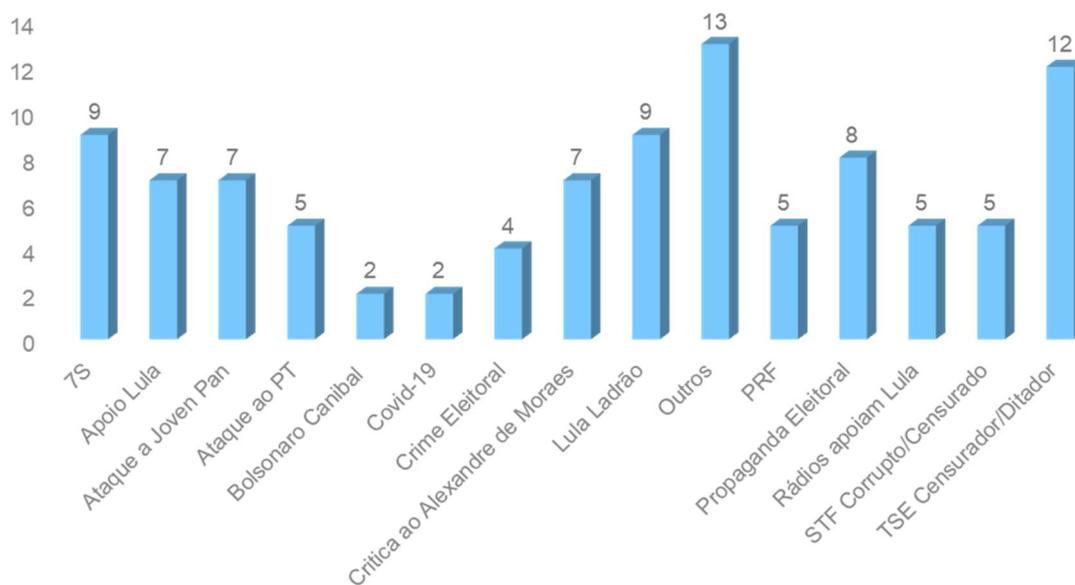


Fonte: Twitter⁶

⁶ Disponível em: (19) Marcel van Hattem on X: "O Brasil está sob censura! O TSE está atuando como um Tribunal CENSOR Eleitoral, decidindo o que se pode ou não se pode dizer. Lula foi condenado por

Em consonância, as narrativas secundárias (Gráfico 5) estão diretamente ligadas às centrais. Temas coincidentes são mobilizados no mesmo tweet, por mais que não seja o foco central, para mostrar defesas e mobilizações de mais de uma narrativa ao mesmo tempo. Novamente, pode ser notada a predominância do ataque às instituições e aos juízes da suprema corte. Outro foco significativo é a presença do ato do dia Sete de Setembro, independência do país, visto pelos bolsonaristas como uma manifestação popular e patriótica que estaria sendo invisibilizada pela mídia. Logo, através da imagem e do imaginário, constrói-se uma visão de perseguição política, em que os apoiadores do candidato Bolsonaro seriam mártires em nome da salvação e luta pela liberdade no país. Essas diversas narrativas reconstróem o passado antidemocrático e fraudulento, e suscitam os distantes e recentes golpes, que trazem essa justificativa moralista da política com o objetivo de barrar a democracia e consolidar os interregnos democráticos, ou seja golpes seguidos de democracias e mais golpes.

Gráfico 5 - Narrativas Secundárias



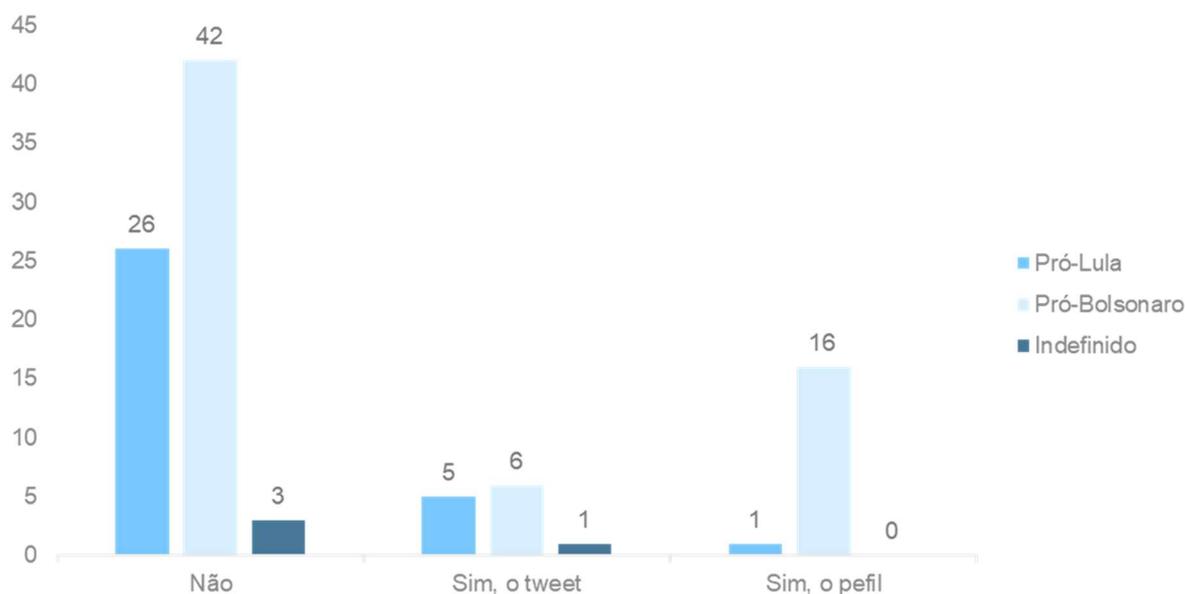
Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

corrupção, cumpriu pena por quase dois anos e só foi solto porque o STF anulou de forma vergonhosa seu processo. <https://t.co/H6gi0waJxT> / X (twitter.com)

Após analisados os conteúdos, foi feita uma verificação das contas e publicações excluídas (Gráfico 6), devido ao alto índice de tweets com a reclamação do TSE estar barrando contas e apagando publicações. Dos 100 tweets mais compartilhados, 12 deles foram excluídos e, em relação às contas, a somatória das exclusões é igual a 17. São, ao todo, 29 exclusões feitas, fato que relata um conflito entre o Tribunal Superior Eleitoral e os conteúdos postados, podendo ser esses criminosos e sinalizando a tensão e dificuldade da Justiça em regular o uso das plataformas. É perceptível que contas bolsonaristas têm uma parcela maior dessas suspensões, contando com 6 tweets excluídos e 16 perfis tirados do ar, enquanto há 5 tweets - sendo uma porcentagem maior de exclusão do que pró-Bolsonaro - e 1 conta suspensa do grupo pró-Lula.

Em suma, a maioria dos perfis e tweets apagados são de contas Pró-Bolsonaro, e os apoiadores de Lula têm uma quantia considerável de tweets excluídos. Além do mais, com a mudança de dono da rede social, contas antes banidas foram reativadas.

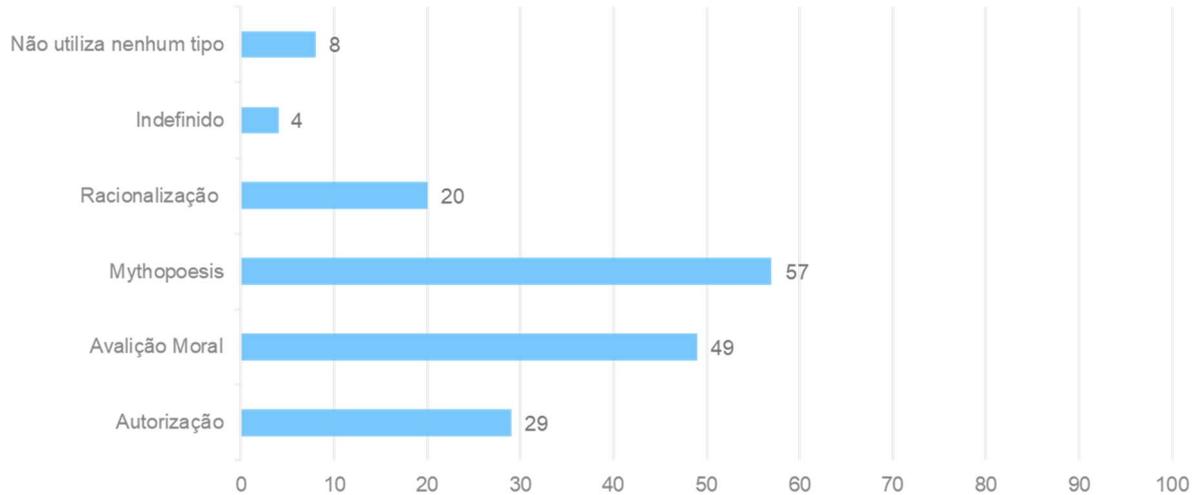
Gráfico 6 - Perfis e Tweets Excluídos



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

As táticas de validação (Gráfico 7) são intrinsecamente ligadas, diversos tweets têm mais de uma forma de legitimação. A combinação estratégica é ampla, levando a uma maior capacidade de persuasão e legitimação das mensagens.

Gráfico 7 - Legitimação



Fonte: Elaborado pelos autores

O Tweet ilustrado na Imagem 3 mostra como as retóricas de legitimação funcionam. Gustavo Gayer, influenciador digital e político, ligado a Bolsonaro, usa a imagem do governador Zema - referência política - para conferir credibilidade na mensagem. Ele também faz uso da Mythopoesis, que ajuda a construir a narrativa para certificar que o TSE estaria proibindo conteúdos. No vídeo, há uma avaliação moral de quem apoia o Partido dos Trabalhadores, a qual ele reafirma ao compartilhar. Em um único post houve o uso de três diferentes formas de validação de uma narrativa.

Imagem 2 - Formas de Validação



Fonte: Twitter⁷

A Mythopoesis (M) foi a mais utilizada, estando presente em 57 dos 100 tweets; isso porque está “relacionada com textos típicos de veículos jornalísticos, impessoais e que focam na informação.” (Recuero, 2020, p.398), podendo ser ou não uma informação falsa, fato que não foi levado em consideração nessa pesquisa. Em segundo lugar está a Avaliação Moral, presente em 50 publicações. A Mythopoesis e a Avaliação Moral comumente estão presentes juntas em uma única publicação, pois a avaliação moral confirma o posicionamento e a visão que se tem da narrativa. A construção da história no imaginário é acompanhada de um julgamento que cria uma visão predominante.

⁷ Disponível em: (19) Gustavo Gayer on X: "TSE acaba de proibir mais esse vídeo Já sabem né? <https://t.co/ANIDtPpOPZ>" / X (twitter.com)

A Autorização esteve em 29 tweets, posto que a maioria das publicações já foram feitas por pessoas que são vistas como referências. Todavia, muitos influenciadores usaram uma segunda autoridade, a qual aumenta a credibilidade pessoal ao discurso. Ademais, a Racionalização contou com 20 tweets, a menos utilizada, o que mostra a validação cognitiva – apoiada pelo conhecimento – um dos pilares menos importantes para os conteúdos disseminados. Logo, a informação de qualidade, com bases teóricas e confirmações intelectuais, não interessam, sendo assim a mobilização de sentimentos e identidades, através da moralidade e da construção de narrativas no imaginário social são fatores mais relevantes.

Os casos indefinidos (4 tweets) não foram possíveis de se analisar pela exclusão de conteúdos, e os que não utilizam nenhum tipo (7 tweets) foram memes ou informações e imagens aleatórias.

Considerações Finais

Os dados apresentados mostram que as mensagens mais compartilhadas denotam narrativas que atavam as instituições, principalmente, em relação ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Supremo Tribunal Federal. Essas narrativas mais compartilhadas mobilizam o sentido que ambos os tribunais são “inimigos do país” e “ditadores”, que estariam fazendo manobras políticas para prejudicar Bolsonaro e favorecer o candidato Lula. O discurso antidemocrático, com ataques sistemáticos à credibilidade do funcionamento do sistema eleitoral, veio à tona como uma ferramenta da extrema-direita para deslegitimar o processo e garantir a mobilização de sentimentos negativos referentes à política brasileira, articulada com uma estratégia discursiva antissistema que caracteriza a ascensão dos grupos populistas autoritários (Penteado et al., 2022).

A arquitetura digital da comunicação nas plataformas digitais corroborou a dissipação de narrativas anti-institucionais, como mostram os dados no caso do Twitter, uma vez que seu sistema funciona em uma lógica binária de exclusão e inclusão, às vezes com mensagens de sentidos vazios (Cesarino, 2020), fator que suscitou a conquista da direita, no ambiente virtual, através do populismo digital. Essa organização on-line desestruturou a política de representação indireta e fez com que os usuários comuns se sentissem participando diretamente da política via Twitter, assim, trazendo a sensação para os usuários de que as instituições como aparato de intermediação atrapalhariam uma relação direta com os políticos, como aponta Cesarino (2020).

Em consonância, há a percepção de que o espaço cibernético é regido por uma disputa de discursos e de fatos - diferentes narrativas e ideologias em conflito – promovido por personalidades digitais. Nesse sentido, é perceptível que os perfis mais relevantes são de pessoas que exercem influência e poder dentro e fora das redes, sendo uma extensão do poder das elites políticas e midiáticas. Eles conseguem alavancar narrativas de desinformação, porque “...há uma grande importância dos chamados líderes de opinião em processos de “lavagem” da desinformação, pois eles passam a ser creditados como as fontes originais do discurso, e dão-lhe credibilidade” (Recuero, 2020, p.403). Como consequência, surge toda uma estrutura de legitimação (conforme ilustra o gráfico 7) para que essa retórica seja replicada e aderida pela população.

A propagação da desinstitucionalização dos processos e do descrédito do Estado propicia e coopera com a ascensão da extrema direita em seu discurso antissistema. Para validação das opiniões e ideologias é utilizada a avaliação moral e a Mythopoesis, dois instrumentos sem possibilidade de argumentação para que haja a desmistificação dos possíveis fatos que são citados - uma “máscara moral”. A racionalidade e a autorização ficam à margem do campo político, visto que esses recursos são dispensáveis, pois as figuras públicas que atuam na rede são as próprias autoridades e utilizam a comunicação das plataformas digitais para defesa de seus interesses. Assim, os perfis usam a substituição da racionalidade pela moral para consolidar as narrativas e utilizar das emoções e subjetividades, assegurando a repercussão das pautas estabelecidas.

A democracia deve ser vista como um processo dinâmico, incompleto e em constante risco de retrocesso democrático – a desdemocratização. Com o baixo capital social das instituições da democracia representativa, como o ataque sistemático ao sistema eleitoral, há uma movimentação para descrédito dessa forma de governo e os sistemas peritos não são eficientes para gerar segurança (Fontes et al, 2022). A redução da confiança nos processos políticos e interpessoais é um dos pilares para a derrocada da democracia liberal, a qual tem o aparato digital para proliferar e reforçar a desdemocratização, através de processos sociais subjetivos.

Por fim, o conjunto de todos esses ataques é resultado de uma estratégia de comunicação utilizada pela extrema-direita - em que Bolsonaro é a representação - através de seus artifícios populistas. Essa comunicação mostrou-se eficiente e obteve efeitos para além das eleições, o

cenário de descrédito se estendeu como um movimento antigovernamental, totalitário e intolerante com a pluralidade culminando em uma tentativa de Golpe de Estado, em 8 de janeiro de 2023.

Referências

AGUIAR, L.; BARRETO DE SOUSA, D. L. A figura do influencer: Uma reflexão sobre o bolsonarismo e a campanha do deputado André Fernandes. **Revista Brasileira de Estudos da Mídia**, Natal, v. 1, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/RevisBraEstudoMidia/article/view/31997>. Acesso em: 26 jul. 2024.

ARAÚJO, M. C. **Capital Social**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BALBE, R. O Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação na Gestão Pública: Exemplos no Governo Federal. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 61, n.2, p. 189 - 209, Abr/Jun, 2010. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1613>. Acesso em: 08 dez. 2023

CASERO-RIPOLLÉS, A. Influencers in the Political Conversation on Twitter: Identifying Digital Authority with Big Data. **Sustainability**, Basel, v. 13, n. 5, p. 2851, 6 mar. 2021.

CASTELLS, M. **Communication Power**. 2.ed. New York: Oxford University Press, 2009.

CASTELLS, M. **A Ruptura: A crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CAVALCANTE, S. Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro. **Crítica Marxista**, Campinas, n.50, p.121-130, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=536937>. Acesso em: 08 dez. 2023

CESARINO, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, São Paulo, v.1, n. 1, fevereiro, p.91-120, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/download/62205827/numero1_volume1_fev2020_cesarino20200226-14293-ugnyh.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023

COSTA, R.; VENANCIO, R. Pluralismo democrático e o horário gratuito de propaganda eleitoral. **Aurora**, São Paulo, v. 6, n.17, p. 16-31, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/14844>. Acesso em: 08 dez. 2023

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo editorial, 2017.

DIAS DOS SANTOS, P.; LUIS DE CAMARGO PENTEADO, C.; DAMACENO DE ALMEIDA, L.; HIDEKO GOYA, D. Democracia sob ataque: polarização política e produção

de conteúdos hostis no Twitter nas eleições de 2022. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 41–62, 2023. DOI: 10.22456/1982-5269.129776. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/129776>. Acesso em: 08 dez. 2023.

DOS SANTOS JUNIOR, M. A. Plataformização da comunicação política: governança algorítmica da visibilidade entre 2013 e 2018. **E-Compós**, Brasília, v. 24. 2021. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2101>>. Acesso em: 30 out. 2023

DOURADO, T.; GOMES, W. O que são, afinal, fake news, enquanto fenômeno de comunicação política?. **COMPOLÍTICA**, 8. **Anais**. Brasília, 2018 Disponível em: <http://compolitica.org/novo/anais/2019_gt6_Dourado.pdf>. Acesso em: 24 set. 2023

FABRO, C. O que é API e para que serve? Cinco perguntas e respostas, **Techtudo**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/listas/2020/06/o-que-e-api-e-para-que-serve-cinco-perguntas-e-respostas.ghtml>. Acesso em: 08 dez. 2023

FONTES, F. L. de L.; MENEZES, M.; LAVOR, L.; LIMA, I. C.; LIMA, L. S.; MOURA, E. G. A.; ARAUJO, M. L. A. de. From participatory democracy to de-democratization in Brazil: institutions of participation in crisis. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 5, p. e48911528534, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i5.28534. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/28534>. Acesso em: 08 dez. 2023

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. 5.ed. São Paulo: Editora Unesp, 1991

HENRIQUES, M. (Des)Confiança Institucional e Públicos Vulneráveis em Situação de Emergência. **Revista Dispositiva**, Belo Horizonte, v.12, n. 21, p. 5-19, 2023. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/29420>. Acesso em: 25 jul. 2023

HJARVARD, S. (2014). Da Mediação à Mediatização: A Institucionalização das Novas Mídias. **Parágrafo**, São Paulo, v. 3, n. 2, julho-dezembro, 2015. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/331>>. Acesso em: 19 fev. 2023

JACOB, J.; FONSECA, M. Aspectos históricos do processo de criação da Justiça Eleitoral no Brasil: Republicanismo, Tenentismo e Coronelismo. **Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas (Brazilian Journal of Law Research)**, Avaré, v. 2, n. 1, p. 143-173, 2021. Disponível em: <<https://www.academia.edu/download/86179972/26.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

LACLAU, E. **On Populist Reason**. Londres: Verso, 2005.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOUREIRO, J. V. Experiência Democrática na Ponta dos Dedos: Digitalização, riscos e desafios contemporâneos. **INTERSEÇÕES**, Rio de Janeiro, v. 24 n. 2, p.326-345, out, 2022.

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/70831>.
Acesso em: 08 dez. 2023

MUHAMMAD, M.; NIRWANDY, N. A Study on Donald Trump Twitter Remark: A Case Study on the Attack of Capitol Hill. **Centre for Media and Information Warfare Studies, Faculty Communication and Media Studies**, Selangor, v. 14, n. 2, p. 75-104, 2021.
Disponível em: <https://ir.uitm.edu.my/id/eprint/46937/1/46937.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2023

NÓBREGA, F.; RODRIGUES, A.; SILVA, L. A desconfiança no sistema eleitoral como fator de comprometimento do capital social eleitoral: a incredibilidade que retrocede nos avanços democráticos. **REJUR - Revista Jurídica da UFERSA**, Mossoró, v. 5, n. 10, jul./dez. 2021, p. 85-106, ISSN 2526-9488, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.ufersa.edu.br/rejur/article/view/11028>. Acesso em: 29 maio. 2023

OLIVEIRA, S.; TEZZI, M. O papel dos influenciadores digitais na formação da opinião pública, **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, Belo Horizonte, v.17, n.27, 2021- ISSN:2359-0017, 2021. Disponível em:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/27809>. Acesso em: 08 dez. 2023

PENTEADO, C. L. de C.; CRUZ JUNIOR, B. G. Ação política na internet na era das redes sociais. **Ponto-e-Vírgula**, São Paulo, n. 26, p. 109–122, 2020. DOI: 10.23925/1982-4807.2019i26p109-122. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/51518>. Acesso em: 31 jul. 2024.

PENTEADO, C. L. de C.; GOYA, D. H.; DOS SANTOS, P. D.; JARDIM, L. Populismo, desinformação e Covid-19: comunicação de Jair Bolsonaro no Twitter. **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 22, n.40, p. 239-260, 2022. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/10255>. Acesso em: 08 dez. 2023

RECUERO, R. #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. **Rev. Bras. Linguíst. Apl.**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 383-406, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/vKngHPRMJxbypBVRLYN3YTB/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2022

RECUERO, R.; ZAGO, G. Em busca das redes que importam: redes sociais e capital social no twitter. **Libero**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 81-94, dez. de 2009. Disponível em:
<https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/498>. Acesso em: 08 dez. 2023

ROGERS, R. **Digital methods**. Cambridge, Massachusetts: The Mit Press, 2013.

SILVA, D. SILVA, D. P. Junho de 2013: crítica e abertura da crise da democracia representativa brasileira. **Revista Maracanã**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 83–110, 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>, 2017. Acesso em: 08 dez. 2023